



## **ANÁLISE DAS TAXAS DE DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL POR GARIMPO NOS MUNICÍPIOS E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL<sup>1</sup>**

*Antonio Oviedo<sup>2</sup>*

### **I – Introdução**

O desmatamento de florestas na Amazônia alcançou um novo e alarmante patamar nos últimos três anos. A perda de floresta entre 2019 e 2021 ultrapassou os 10 mil km<sup>2</sup> ao ano, número 56,6% maior que a média anual do período anterior - 2016 a 2018. Constatado ainda no segundo semestre de 2018, esse aumento reflete as eleições daquele ano, que funcionaram como estímulo para o avanço da derrubada de florestas, corroborando a relação positiva entre eleições e desmatamento. A partir desse momento, fatos de ordem política e legislativa resultaram na atual fragilidade das políticas e das instituições responsáveis pela agenda ambiental, pelas ações de comando e controle, principalmente, na esfera federal.

O objetivo da presente Nota Técnica é descrever as taxas de desmatamento e degradação ambiental por mineração e garimpo em dez áreas críticas da Amazônia legal entre os anos de 2015 a 2021, visando avaliar os impactos da falta de controle quanto aos ilícitos ambientais, em função da interrupção das atividades de fiscalização e limitação ao combate da Covid-19 na região.

---

<sup>1</sup> O presente Relatório foi produzido em 20 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> Antonio Oviedo é Engenheiro Agrônomo e PhD em Políticas Públicas e Gestão Ambiental pela Universidade Nacional de Brasília (UnB). Analista do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental.

## II – Notas metodológicas

O estudo considerou dados oficiais do sistema PRODES e DETER<sup>3</sup> (período entre 2015 a 2021<sup>4</sup>), da malha municipal do IBGE<sup>5</sup> e das terras indígenas da Amazônia legal<sup>6</sup>. Os dados sobre o desmatamento e degradação florestal na Amazônia, fornecidos pelos sistemas PRODES e DETER, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), oferecem indicadores importantes sobre a integridade ambiental. Os dados do sistema PRODES representam os dados oficiais sobre as taxas anuais de desmatamento na Amazônia, segundo um calendário próprio que vai de agosto do ano anterior a julho do ano corrente. Os dados do sistema DETER (disponíveis para o período de 01.01.2017 a 31.08.2022) oferecem alertas de degradação florestal (exploração de madeira, garimpo e queimadas), os quais à medida que avançam no estágio de degradação entram nos cálculos do sistema PRODES nos anos seguintes. O cálculo de área está apresentado em hectares (ha), e foi obtido considerando a projeção sinusoidal -54.

As dez áreas críticas consideradas neste estudo consideram os municípios (Figura 1) e as porções das terras indígenas incidentes nos municípios conforme abaixo:

- (1) Municípios de Altamira, Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio, e Terras Indígenas: Arara, Araweté/Igarapé Ipixuna, Baú, Cachoeira Seca, Ituna/Itatá, Kararaô, Koatinemo, Kuruáya, Menkragnoti, Panará, Trincheira/Bacajá, Xipaya, Arara da Volta Grande do Xingu e Paquiçamba;
- (2) Município de São Félix do Xingu, e Terras Indígenas: Apyterewa, Araweté/Igarapé Ipixuna, Badjônkôre, Kayapó, Menkragnoti e Trincheira/Bacajá;
- (3) Municípios de Cujubim, Nova Mamoré e Buritis, e Terras Indígenas: Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau;
- (4) Ponta Ponta do Abunã, nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, e Terras Indígenas: Apurinã, Boca do Acre, Camicuã, Igarapé Capanã, Inauini/Teuini, Acimã, Água Preta/Inari, Alto Sepatini, Apurinã do Igarapé Mucuí, Banawá, Caititu, Camadeni, Catipari/Mamoriá, Deni, Hi-Merimã, Jacareúba/Katawixi,

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre os sistemas PRODES e DETER, do INPE, vide: Metodologia Utilizada nos Projetos PRODES e DETER. Disponível em: <[http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/Metodologia\\_Prodes\\_Deter\\_rev\\_isada.pdf](http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/Metodologia_Prodes_Deter_rev_isada.pdf)>. Acesso em: 05.09.2022

<sup>4</sup> Os dados do sistema PRODES compreendem o período de 01.08.2020 a 31.07.2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 05.09.2022

<sup>6</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, 2022. Disponível em: <<https://www.amazoniasocioambiental.org/es/mapas/>>. Acesso em: 05.09.2022

Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, Kaxarari, Paumari do Lago Maranhã, Paumari do Rio Ituxi, São Pedro do Sepatini, Seruini/Mariênê e Tumiã;

(5) Municípios de Apuí, Manicoré (Santo Antônio do Matupi) e Humaitá (Realidade), e Terras Indígenas: Apiaká do Pontal e Isolados, Diahui, Ipixuna, Nove de Janeiro, Pirahã, Sepoti, Tenharim Marmelos, Torá, Ariramba, Lago Capanã, Lago Jauari, Pinatuba e Rio Manicoré;

(6) Municípios de Juína, Aripuanã e Colniza, e Terras Indígenas: Aripuanã, Arara do Rio Branco, Roosevelt, Serra Morena, Zoró, Kawahiva do Rio Pardo, Piriipkura, Enawenê Nawê, Erikpatsa e Nambiquara;

(7) Municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará;

(8) Municípios de Novo Progresso, Itaituba (Moraes de Almeida) e Altamira (Castelo dos Sonhos), e as Terras Indígenas: Arara, Araweté/Igarapé Ipixuna, Baú, Cachoeira Seca, Ituna/Itatá, Kararaô, Koatinemo, Kuruáya, Menkragnoti, Panará, Trincheira/Bacajá, Xipaya, Praia do Índio, Praia do Mangue, Andirá-Marau, Mundurucu e Sawré Muybu;

(9) Município de Sinop; e

(10) Municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Bandeirantes e Paranaíta, e as Terras Indígenas: Apiaká do Pontal e Isolados, Kayabi e Mundurucu.

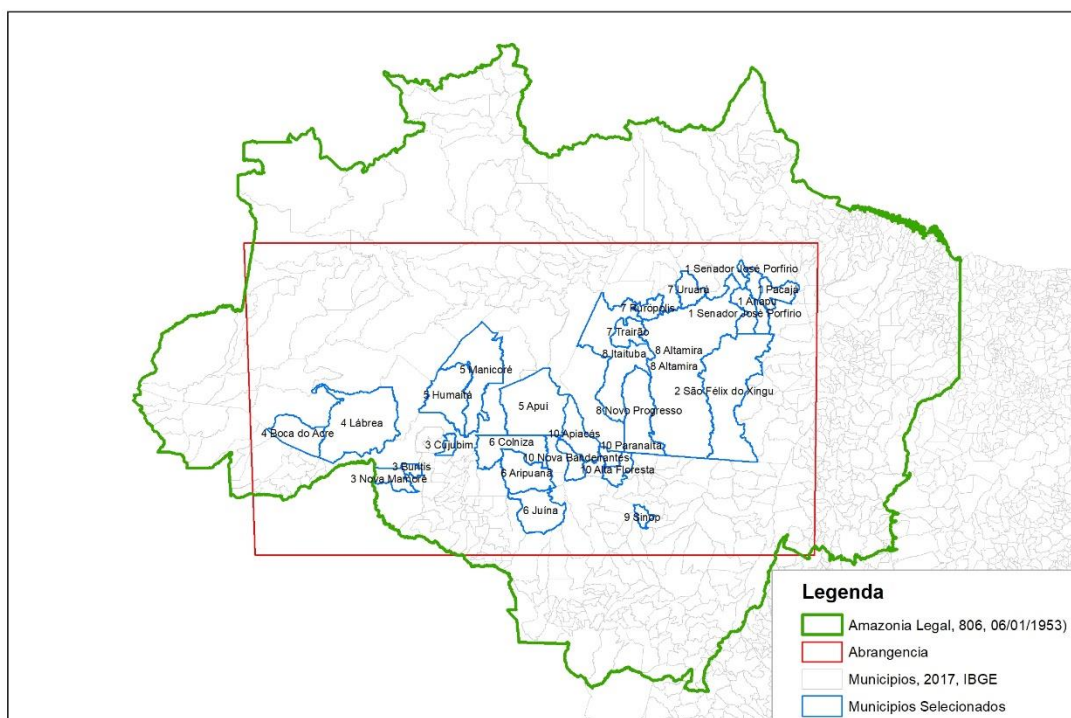


Figura 1. Municípios considerados no estudo.

### III – Resultados

#### III.1. – Municípios de Altamira, Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio

A região que compreende os municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio registrou um total de 670.653,95 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 1), sendo que 7% (47.008,37 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de 14 Terras Indígenas (Tabela 2). Entre 2015 a 2021, o desmatamento aumentou 85% na região. No interior das Terras Indígenas, o aumento foi de 302%, evidenciando o aumento das invasões e atividades ilegais nos territórios indígenas durante o período estudado.

Tabela 1. Desmatamento PRODES (hectares) nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio entre 2015 a 2021.

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Altamira	Fora de TIs	31.386,40	40.871,41	21.349,08	39.321,04	51.357,23	72.921,30	74.836,89	332.043,35
	Dentro de TIs	876,47	1.242,48	1.170,80	4.003,65	6.201,24	7.687,78	2.043,21	23.225,63
Altamira Total		32.262,86	42.113,89	22.519,88	43.324,69	57.558,47	80.609,08	76.880,10	355.268,98
Anapu	Fora de TIs	10.611,61	8.524,29	9.645,79	4.451,17	20.264,00	10.390,20	11.732,44	75.619,49
	Dentro de TIs	50,94	103,85	203,97	1.218,12	1.423,92	935,74	1.785,51	5.722,04
Anapu Total		10.662,55	8.628,14	9.849,76	5.669,29	21.687,91	11.325,93	13.517,95	81.341,53
Pacajá	Fora de TIs	18.890,55	14.250,01	17.915,44	13.178,51	31.104,07	25.092,49	25.942,27	146.373,34
	Dentro de TIs	0,06	0,17	8,93	-	6,40	12,55	11,10	39,20
Pacajá Total		18.890,61	14.250,18	17.924,37	13.178,51	31.110,47	25.105,04	25.953,37	146.412,54
Senador José Porfírio	Fora de TIs	6.975,34	6.575,72	8.484,06	3.634,32	22.662,73	10.343,54	10.815,18	69.490,89
	Dentro de TIs	148,45	277,93	1.368,67	1.274,64	10.046,00	4.542,11	482,20	18.140,01
Senador José Porfírio Total		7.123,80	6.853,65	9.852,73	4.908,96	32.708,73	14.885,65	11.297,38	87.630,90
Total Geral		68.939,82	71.845,86	60.146,73	67.081,46	143.065,58	131.925,71	127.648,80	670.653,95

Tabela 2. Desmatamento PRODES (hectares) nas Terras Indígenas incidentes nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio entre 2015 a 2021.

Município	TI	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Altamira	TI Arara	5,86	0,83	-	1,33	11,41	2,40	9,73	31,56
	TI Araweté/Igarapé Ipixuna	62,16	34,05	14,25	14,09	31,41		26,71	182,68
	TI Baú	48,49	22,56	16,77	13,86	48,45	137,87	139,00	427,00
	TI Cachoeira Seca	736,87	942,69	1.105,86	3.635,35	3.704,41	5.105,31	1.407,83	16.638,34
	TI Ituna/Itatá	-	-	-	298,04	2.350,92	2.139,99	333,33	5.122,28
	TI Kararaô	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Koatinemo	-	-	2,14	-	3,54	13,18	5,60	24,46
	TI Kuruáya	-	12,56	-	-	-	-	17,37	29,93
	TI Menkragnoti	23,08	195,20	8,94	40,98	36,53	174,97	43,20	522,90
	TI Panará	-	28,18	22,83	-	14,57	53,85	6,73	126,15
	TI Trincheira/Bacajá	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Xipaya	-	6,41	-	-	-	60,21	53,72	120,34
<b>Altamira Total</b>		<b>876,47</b>	<b>1.242,48</b>	<b>1.170,80</b>	<b>4.003,65</b>	<b>6.201,24</b>	<b>7.687,78</b>	<b>2.043,21</b>	<b>-</b>
Anapu	TI Arara da Volta Grande do Xingu	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Paquiçamba	0,20	-	-	-	-	1,03	0,28	1,51
	TI Trincheira/Bacajá	50,74	103,85	203,97	1.218,12	1.423,92	934,71	1.785,23	5.720,53
<b>Anapu Total</b>		<b>50,94</b>	<b>103,85</b>	<b>203,97</b>	<b>1.218,12</b>	<b>1.423,92</b>	<b>935,74</b>	<b>1.785,51</b>	<b>-</b>
Pacajá	TI Trincheira/Bacajá	0,06	0,17	8,93	-	6,40	12,55	11,10	39,20
<b>Pacajá Total</b>		<b>0,06</b>	<b>0,17</b>	<b>8,93</b>	<b>-</b>	<b>6,40</b>	<b>12,55</b>	<b>11,10</b>	<b>39,20</b>
Senador José Porfírio	TI Arara da Volta Grande do Xingu	38,57	7,13	2,49	10,7,0	51,26	7,76	0,59	118,50
	TI Araweté/Igarapé Ipixuna	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Ituna/Itatá	73,05	233,27	1.337,42	1.238,99	9.659,97	4.056,39	115,82	16.714,91
	TI Koatinemo	-	3,42	-	-	22,00	72,33	26,74	124,49
	TI Paquiçamba	-	9,59	-	-	-	-	-	9,59
	TI Trincheira/Bacajá	36,83	24,52	28,75	24,95	312,77	405,64	339,05	1.172,51
<b>Senador José Porfírio Total</b>		<b>109,88</b>	<b>270,80</b>	<b>1.366,17</b>	<b>1.263,94</b>	<b>9.994,74</b>	<b>4.534,36</b>	<b>481,61</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>		<b>1.037,34</b>	<b>1.617,29</b>	<b>2.749,87</b>	<b>6.485,72</b>	<b>17.626,29</b>	<b>13.170,42</b>	<b>4.321,43</b>	<b>47.008,37</b>

O sistema DETER registrou 977,90 hectares em alertas de mineração nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio, sendo que 23,7% (231,6 ha) destes alertas ocorreram no interior de três Terras Indígenas (Tabela 3). Entre 2017 a 2021, os alertas de mineração aumentaram 1239% na região. No mesmo período, as Terras Indígenas apresentaram um aumento de 733% nos alertas de mineração. A Figura

1 apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nas Terras Indígenas incidentes nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio entre 2015 a 2021.

Tabela 3. Alertas de mineração DETER (hectares) nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio, e nas Terras Indígenas incidentes, entre 01.01.2017 a 31.08.2022.

Município	Localização do alerta	Área da TI incidente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Altamira	Fora das TIs	-	15,59	53,27	164,7	205,52	243,23	34,18	716,49
Altamira	TI Baú	1.547.738,55	-	-	50,41	24,73	50,7	10,18	136,03
Altamira	TI Menkragnoti	4.949.201,09	-	-	-	-	7,47	-	7,47
Anapu	TI Trincheira/Bacajá	1.661.840,08	9,86	28,36	16,09	9,84	23,96	-	88,11
Pacajá	Fora das TIs	-	-	-	8,09	-	-	-	8,09
Senador José Porfírio	Fora das TIs	-	-	-	-	-	15,44	6,28	21,73
TOTAL			25,45	81,63	239,29	240,09	340,8	50,65	977,90

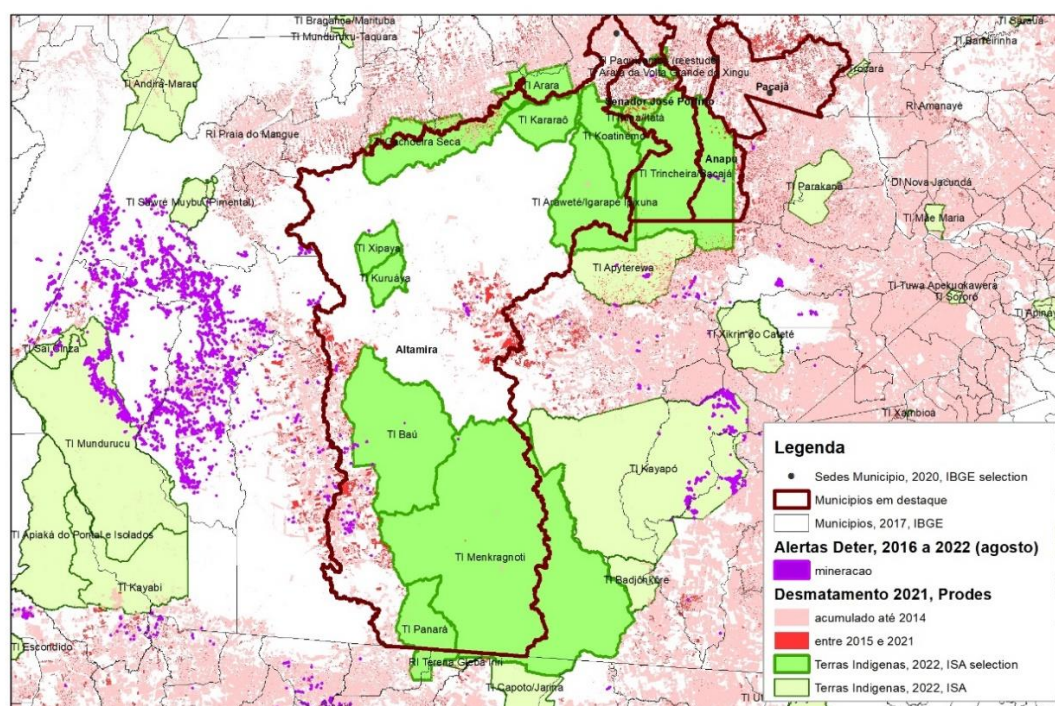


Figura 1. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio entre 2015 a 2022.

### III.2. - Município de São Félix do Xingu

A região que compreende o município de São Feliz do Xingu registrou um total de 282.034,58 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 4), sendo que 11,10% (31.320,67 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de cinco Terras Indígenas (Tabela 5). Entre 2015 a 2021, o desmatamento aumentou 150% na região. No interior das Terras Indígenas, o aumento foi de 1049%, evidenciando o aumento das invasões e atividades ilegais nos territórios indígenas durante o período estudado.

Tabela 4. Desmatamento PRODES (hectares) no município de São Feliz do Xingu entre 2015 a 2021.

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
São Félix do Xingu	Fora de TIs	22.347,32	31.432,79	23.450,20	26.974,27	43.871,58	53.825,07	48.812,67	250.713,91
	Dentro de TIs	794,88	558,16	583,94	1.928,53	10.478,79	7.844,49	9.131,88	31.320,67
Total Geral		23.142,20	31.990,96	24.034,14	28.902,80	54.350,37	61.669,56	57.944,56	282.034,58

Tabela 5. Desmatamento PRODES (hectares) nas Terras Indígenas incidentes no município de São Feliz do Xingu entre 2015 a 2021.

Município	TI	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
São Félix do Xingu	TI Apyterewa	784,86	532,12	563,60	1.886,14	8.516,75	6.370,55	6.885,35	25.539,38
	TI Araweté/Igarapé Ipixuna	-	3,30	-	-	92,38	104,23	338,27	538,18
	TI Badjônkôre	3,02	0,35	-	-	-	279,14	-	282,50
	TI Kayapó	6,75	22,28	19,74	29,49	141,84	97,43	437,48	755,00
	TI Menkragnoti	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Trincheira/Bacajá	0,25	0,12	0,60	12,90	1.727,81	993,14	1.470,78	4.205,61
São Félix do Xingu Total		794,88	558,16	583,94	1.928,53	10.478,79	7.844,49	9.131,88	31.320,67

Os alertas de mineração do sistema DETER registraram 688,71 hectares em alertas de mineração no município de São Feliz do Xingu, sendo que 33,4% (230,3 ha) destes alertas ocorreram no interior da TI Apyterewa (Tabela 6). Entre 2017 a 2021, os alertas de mineração aumentaram 119% na região. Entretanto, na TI Apyterewa o aumento foi de 522%, revelando a pressão que o território indígena sofre com invasões e atividades ilegais, em um patamar 340% maior em comparação com o município. A Figura 2

apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nas Terras Indígenas incidentes no município de São Feliz do Xingu.

Tabela 6. Alertas de mineração DETER (hectares) no município de São Feliz do Xingu e na Terra Indígena incidente entre 01.01.2017 a 31.08.2022

Município	Localização do alerta	Área da TI incidente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
São Félix do Xingu	Fora das TIs	-	57,10	31,67	131,76	90,50	115,88	31,47	458,38
São Félix do Xingu	TI Apyterewa	777.435,47	2,23	-	178,49	35,77	13,85	-	230,33
TOTAL			59,33	31,67	310,24	126,27	129,73	31,47	688,71

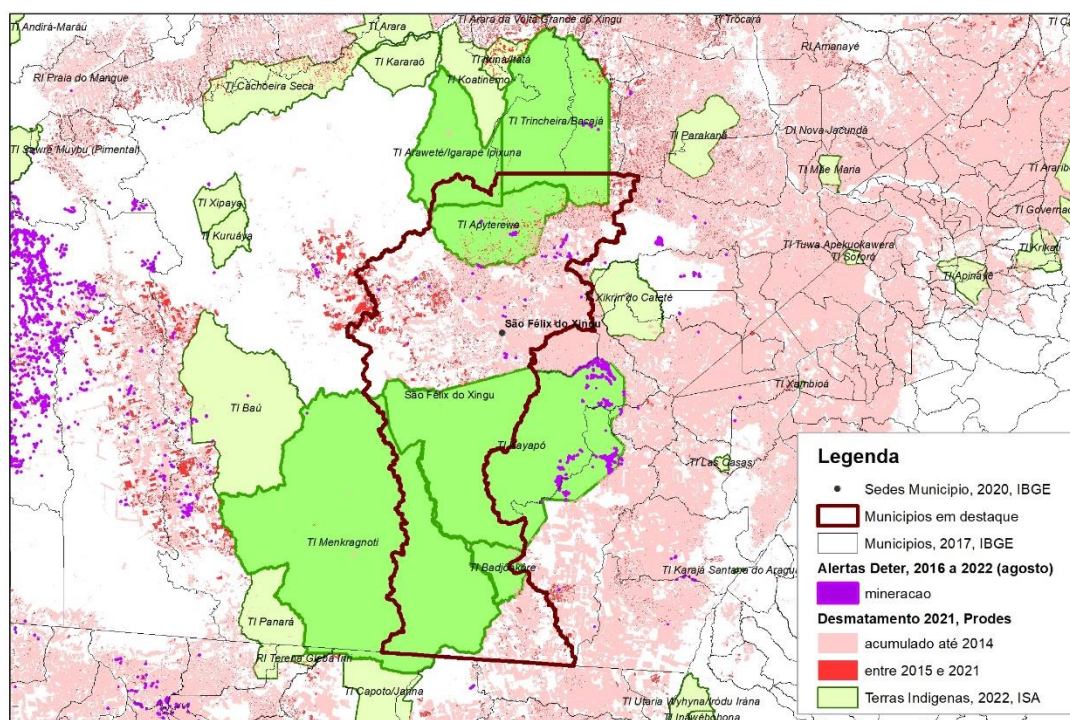


Figura 2. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio entre 2015 a 2022.

### III.3. - Municípios de Cujubim, Nova Mamoré e Buritis

A região que compreende os municípios de Cujubim, Nova Mamoré e Buritis registrou um total de 198.783,1 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 7), sendo que 2% (3.703,7 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de quatro Terras Indígenas



(Tabela 8). Entre 2015 a 2021, o desmatamento reduziu em 11% na região. Porém, no interior das Terras Indígenas, o aumento foi de 392%. Este resultado mostra que o desmatamento está ocorrendo, preferencialmente, no interior das Terras Indígenas.

Tabela 7. Desmatamento PRODES (hectares) nos municípios de Cujubim, Nova Mamoré e Buritis entre 2015 a 2021.

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Buritis	Fora de TIs	6.059,07	8.366,91	6.716,57	4.435,92	3.092,10	3.865,03	3.593,10	36.128,70
	Dentro de TIs	-	-	-	-	-	-	-	-
Buritis Total		6.059,07	8.366,91	6.716,57	4.435,92	3.092,10	3.865,03	3.593,10	36.128,70
Cujubim	Fora de TIs	6.792,69	8.583,15	8.583,19	7.091,82	11.294,09	10.195,28	12.118,11	64.658,33
	Cujubim Total		6.792,69	8.583,15	8.583,19	7.091,82	11.294,09	10.195,28	12.118,11
Nova Mamoré	Fora de TIs	15.212,83	14.468,58	17.229,44	13.832,44	13.695,98	10.897,45	8.955,63	94.292,35
	Dentro de TIs	109,58	112,51	527,06	836,24	1.029,04	550,54	538,76	3.703,72
Nova Mamoré Total		15.322,40	14.581,09	17.756,50	14.668,68	14.725,02	11.447,99	9.494,39	97.996,07
Total Geral		28.174,17	31.531,15	33.056,25	26.196,41	29.111,21	25.508,30	25.205,60	198.783,10

Tabela 8. Desmatamento PRODES (hectares) nas Terras Indígenas incidentes no município de, Nova Mamoré entre 2015 a 2021. Não foi registrado desmatamento na TI Karipuna na porção em sobreposição com o município de Buritis, e não existe Terras Indígenas incidentes no município de Cujubim.

Município	TI	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Nova Mamoré	TI Igarapé Lage	46,81	13,63	5,20	49,08	70,43	123,59	23,32	332,06
	TI Igarapé Ribeirão	43,50	51,56	80,87	47,78	141,72	64,27	38,44	468,13
	TI Karipuna	7,38	47,32	129,58	550,54	270,57	322,17	477,01	1.804,58
	TI Uru-Eu-Wau-Wau	11,88	-	311,41	188,83	546,32	40,52	-	1.098,96
Nova Mamoré Total		109,58	112,51	527,06	836,24	1.029,04	550,54	538,76	3.703,72

Não foram registrados alertas de mineração do sistema DETER nos municípios de Cujubim, Nova Mamoré e Buritis durante o período considerado neste estudo. A Figura 3 apresenta o desmatamento PRODES nos municípios considerados nesta região e Terras Indígenas incidentes.

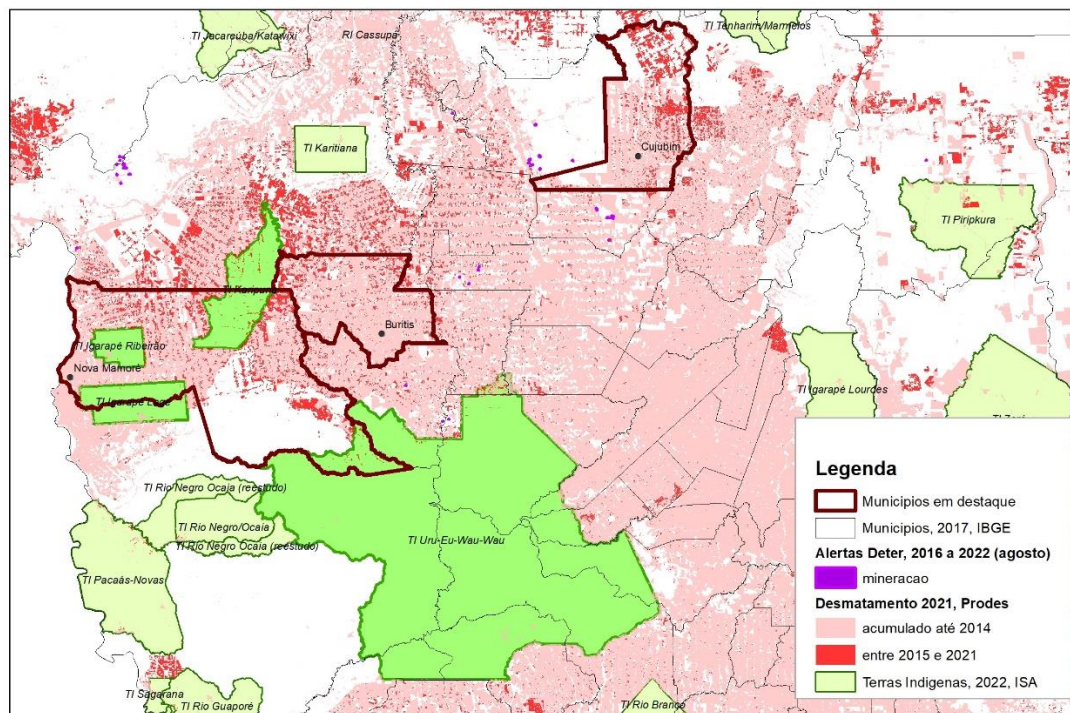


Figura 3. Desmatamento PRODES (ha) nos municípios de Cujubim, Nova Mamoré e Buritis, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

#### III.4. - Ponta do Abunã, nos municípios de Boca do Acre e Lábrea

A região da Ponta do Abunã, que compreende os municípios de Boca do Acre e Lábrea, registrou um total de 330.703,4 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 9), sendo que 0,5% (1.726,6 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de 15 Terras Indígenas (Tabela 10). Entre 2015 a 2021, o desmatamento aumentou 134% na região. No interior das Terras Indígenas, o aumento foi de 113%.

Tabela 9. Desmatamento PRODES (ha) no município de São Feliz do Xingu (2015 a 2021).

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Boca do Acre	Fora de TIs	6.374,90	8.867,96	9.420,91	10.708,29	14.257,58	14.228,95	20.023,52	83.882,11
	Dentro de TIs	54,56	49,12	34,63	62,30	49,10	47,96	79,36	377,03
Boca do Acre Total		6.429,46	8.917,07	9.455,53	10.770,60	14.306,68	14.276,91	20.102,88	84.259,13
Lábrea	Fora de TIs	25.235,97	31.099,05	27.569,05	31.292,21	37.576,32	38.342,04	53.980,07	245.094,72
	Dentro de TIs	117,69	237,62	153,95	205,45	206,85	139,81	288,21	1.349,57
Lábrea Total		25.353,65	31.336,67	27.723,00	31.497,66	37.783,17	38.481,85	54.268,29	246.444,29
Total Geral		31.783,11	40.253,75	37.178,53	42.268,26	52.089,85	52.758,76	74.371,16	330.703,42

Tabela 10. Desmatamento PRODES (hectares) nas Terras Indígenas incidentes nos municípios de Boca do Acre e Lábrea entre 2015 a 2021.

Município	TI	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Boca do Acre	TI Apurinã km-124 BR-317	54,56	6,89	9,71	28,29	26,40	10,20	43,48	179,52
	TI Boca do Acre	-	42,23	24,91	34,01	22,71	16,17	24,83	164,85
	TI Camicuã	-	-	-	-	-	2,06	11,05	13,12
	TI Igarapé Capanã	-	-	-	-	-	19,53	-	19,53
	TI Inauini/Teuini	-	-	-	-	-	-	-	-
Boca do Acre Total		54,56	49,12	34,63	62,30	49,10	47,96	79,36	377,03
Lábrea	TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti	-	6,74	-	-	6,48	-	12,93	26,1
	TI Acimã	-	12,59	-	-	-	7,00	-	19,59
	TI Água Preta/Inari	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Alto Sepatini	-	-	-	-	-	-	8,42	8,42
	TI Apurinã do Igarapé Mucuim	-	-	-	-	-	-	6,65	6,65
	TI Apurinã km-124 BR-317	16,92	91,28	47,77	68,39	104,54	60,79	95,77	485,46
	TI Banawá	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Boca do Acre	8,92	9,54	-	41,61	49,73	23,23	45,00	178,04
	TI Caititu	35,38	33,43	79,08	-	-	33,53	41,39	222,82
	TI Camadeni	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Catipari/Mamoriá	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Deni	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Hi-Merimã	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Jacareúba/Katawixi	-	33,96	-	-	-	-	-	33,96
	TI Kaxarari	2,81	18,03	11,14	0,44	11,08	7,44	59,62	110,56
	TI Paumari do Lago Marahã	53,65	14,64	9,31	74,52	27,31	7,81	8,07	195,30
	TI Paumari do Rio Ituxi	-	-	-	14,37	-	-	-	14,37
	TI São Pedro do Sepatini	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Seruini/Mariênê	-	8,37	-	-	-	-	-	8,37
	TI Tumiã	-	9,04	6,65	6,12	7,71	-	10,37	39,88
Lábrea Total		117,69	237,62	153,95	205,45	206,85	139,81	288,21	1.349,57
Total Geral		172,25	286,73	188,57	267,75	255,95	187,77	367,57	1.726,60

O sistema DETER registrou 26,38 hectares em alertas de mineração no município de Lábrea nos anos de 2018 e 2021. Entre este período (2018 a 2021), os alertas de mineração tiveram uma redução de 68% (Tabela 11). Não foram detectados alertas de mineração no município de Boca do Acre. A Figura 4 apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nos municípios de Lábrea e Boca do Acre, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

Tabela 11. Alertas de mineração DETER (hectares) nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio, e nas Terras Indígenas, incidentes entre 01.01.2017 a 31.08.2022.

Município	Localização do alerta	Área da TI incidente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Lábrea	Fora das TIs	-	-	19,94	-	-	6,43	-	26,38
TOTAL			-	19,94	-	-	6,43	-	26,38

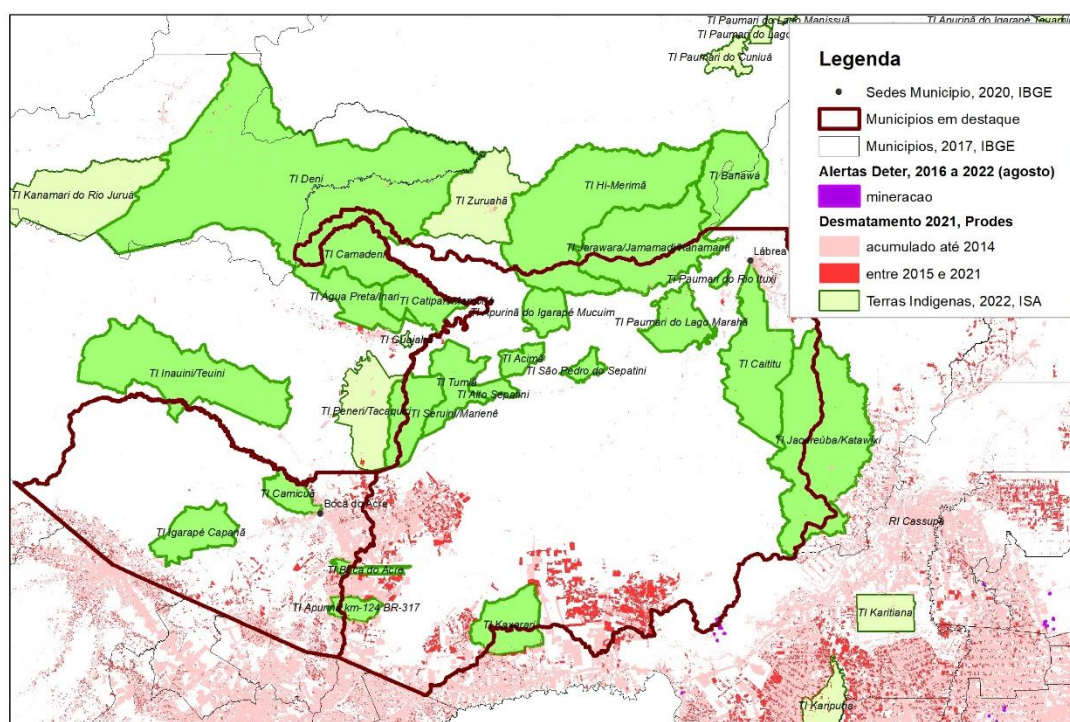


Figura 4. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Lábrea e Boca do Acre, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

### III.5. - Municípios de Apuí, Manicoré (Santo Antônio do Matupi) e Humaitá

A região que compreende os municípios de Apuí, Manicoré e Humaitá registrou um total de 266.194,4 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 12), sendo que 0,6% (1.639 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de 11 Terras Indígenas (Tabela 13). Entre 2015 a 2021, o desmatamento aumentou 191% na região. Entretanto, no interior das Terras Indígenas, o aumento no desmatamento foi de 451%. Com isso, o





**Instituto  
Socioambiental**

	TI Pinatuba	8,34	5,70	-	7,19	-	20,12	53,33	94,68
	TI Pirahã	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Rio Manicoré	22,59	-	-	-	-	24,46		47,06
	TI Sepoti	15,18	-	-	-	-	30,69	199,25	245,12
	TI Tenharim Marmelos (Gleba B)	14,01	0,04	70,82	-	32,14	63,13	289,83	469,98
	TI Tenharim/Marmelos	15,50	-	-	-	26,26	54,47	69,54	165,77
	TI Torá	-	-	-	7,03	-	-	-	7,03
	<b>Manicoré Total</b>	<b>95,19</b>	<b>5,74</b>	<b>70,82</b>	<b>14,21</b>	<b>58,40</b>	<b>192,88</b>	<b>611,95</b>	<b>1.049,20</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>297,34</b>	<b>43,87</b>	<b>94,30</b>	<b>98,30</b>	<b>164,01</b>	<b>216,37</b>	<b>724,83</b>	<b>1.639,02</b>

O sistema DETER registrou 77,74 hectares em alertas de mineração nos municípios de Apuí e Manicoré. Quase metade (44,25%) dos alertas foram registrados na Terra Indígena Tenharim/Marmelos, totalizando 34,4 ha em alertas (Tabela 14). Não foram detectados alertas de mineração no município de Humaitá. A Figura 5 apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nos municípios de Lábrea e Boca do Acre, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

Tabela 14. Alertas de mineração DETER (hectares) nos municípios de Apuí e Manicore, e nas Terras Indígenas incidentes, entre 01.01.2017 a 31.08.2022.

Município	Localização do alerta	Área da TI incidente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Apuí	Fora de TIs	-	-	-	-	-	-	22,05	22,05
Manicoré	Fora de TIs	-	-	-	-	-	21,29	-	21,29
Manicoré	TI Tenharim/Marmelos	500.460,67	-	-	-	-	34,40	-	34,40
<b>TOTAL</b>			-	-	-	-	55,69	22,05	77,74

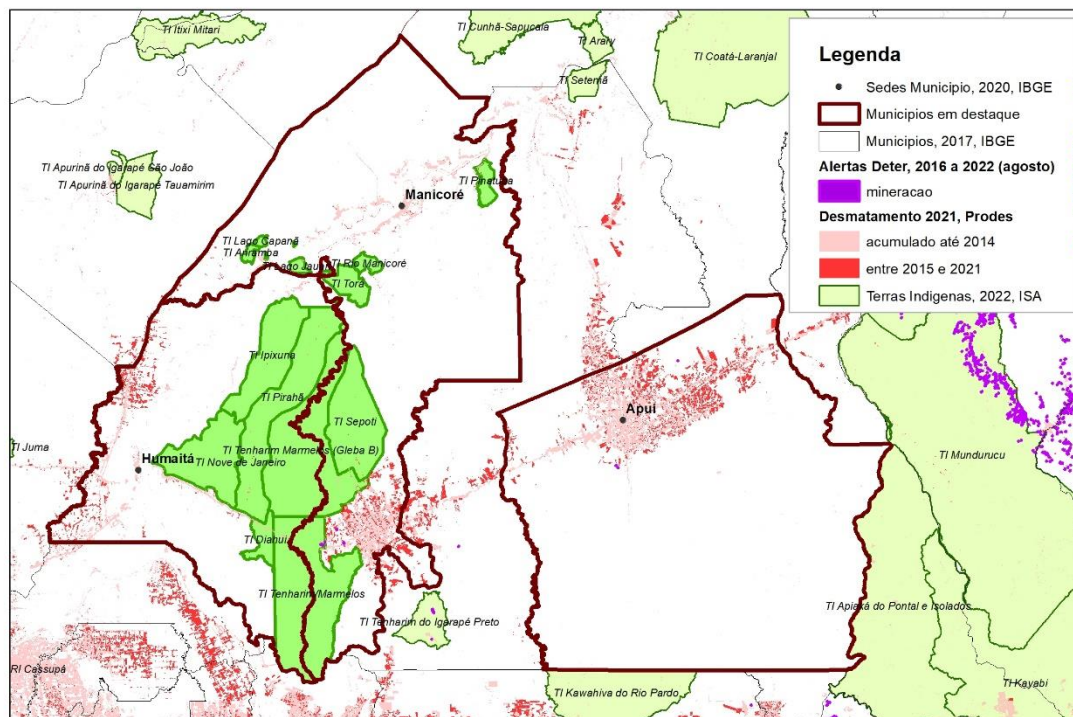


Figura 5. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Apuí, Manicoré e Humaitá, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2022.

### III.6. - Municípios de Juína, Aripuanã e Colniza

A região que compreende os municípios de Juína, Aripuanã e Colniza registrou um total de 269.600,9 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 15), sendo que 1,3% (3.627,3 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de seis Terras Indígenas (Tabela 16). Entre 2015 a 2021, o desmatamento aumentou 30% na região. Entretanto, no interior das Terras Indígenas, o aumento no desmatamento foi de 51%. Com isso, o desmatamento no interior das Terras Indígenas foi 69% maior do que nas áreas dos municípios fora de territórios indígenas. Este resultado mostra que as Terras Indígenas têm apresentado maior pressão pelo desmatamento e atividades ilegais.

Tabela 15. Desmatamento PRODES (hectares) nos municípios de Aripuanã, Colniza e Juína entre 2015 a 2021.

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Aripuanã	Fora de TIs	5.641,77	8.543,44	9.216,91	11.159,21	15.374,07	14.530,22	16.705,53	81.171,15
	Dentro de TIs	73,52	26,79	6,83	52,07	86,16	228,47	495,33	969,16
Aripuanã Total		5.715,29	8.570,23	9.223,75	11.211,27	15.460,23	14.758,68	17.200,85	82.140,31
Colniza	Fora de TIs	26.194,09	22.403,09	17.511,08	23.421,62	19.400,82	23.837,43	24.664,80	157.432,93
	Dentro de TIs	101,51	6,62	1,21	97,32	108,20	44,85	2.155,58	2.515,28
Colniza Total		26.295,59	22.409,70	17.512,29	23.518,95	19.509,02	23.882,28	26.820,38	159.948,21
Juína	Fora de TIs	5.532,47	5.178,90	3.310,54	2.185,93	4.290,33	2.041,52	4.829,92	27.369,62
	Dentro de TIs	29,99				47,95	36,12	28,77	142,83
Juína Total		5.562,46	5.178,90	3.310,54	2.185,93	4.338,29	2.077,64	4.858,69	27.512,45
Total Geral		37.573,35	36.158,84	30.046,57	36.916,15	39.307,54	40.718,61	48.879,92	269.600,97

Tabela 16. Desmatamento PRODES (hectares) nas Terras Indígenas incidentes nos municípios de Aripuanã, Colniza e Juína entre 2015 a 2021.

Município	TI	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Aripuanã	PI Aripuanã	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Arara do Rio Branco	49,14	10,32	-	29,37	42,52	124,34	335,44	591,13
	TI Aripuanã	24,38	16,48	6,83	22,70	43,63	104,12	159,89	378,03
	TI Roosevelt	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Serra Morena	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Zoró	-	-	-	-	-	-	-	-
	Aripuanã Total		73,52	26,79	6,83	52,07	86,16	228,47	495,33
Colniza	TI Arara do Rio Branco	0,13	-	0,37	2,53	0,89	2,17	-	6,09
	TI Kawahiva do Rio Pardo	-	-	0,84	0,66	23,67	19,48	0,56	45,20
	TI Piripkura	101,37	6,62	-	94,14	83,64	23,20	2.155,02	2.463,99
Colniza Total		101,51	6,62	1,21	97,32	108,20	44,85	2.155,58	2.515,18
Juína	PI Aripuanã	7,28	-	-	-	-	-	-	7,28
	TI Aripuanã	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Enawenê Nawê	22,71	-	-	-	39,00	8,66	28,77	99,14
	TI Erikpatsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Nambiquara	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Roosevelt	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Serra Morena	-	-	-	-	8,95	27,47	-	36,42
Juína Total		29,99	-	-	-	47,95	36,12	28,77	142,83
Total Geral		205,02	33,41	8,04	149,39	242,31	309,44	2.679,67	3.627,28





## Instituto Socioambiental

O destaque para esta região é a Terra Indígena Piripkura, que possui um registro de povo indígena isolado e tem sido protegida por meio de Portarias de Restrição de Uso, onde as duas últimas Portarias foram renovadas por um período exíguo de seis meses, que não tem sido suficiente nem para a conclusão do processo de demarcação nem para a retirada dos invasores e controle do desmatamento ilegal. Após intenso desmatamento registrado em 2021 (2.155 ha), que coincidiu com o período de término da vigência da Portaria de Restrição de Uso, instrumento que deveria proteger o território e o grupo de indígenas isolados que ali vivem, um levantamento do Instituto Socioambiental<sup>7</sup> verificou que as invasões e atividades ilegais permanecem intensas no território. As queimadas detectadas por meio de imagens de satélite de alta resolução evidenciam a violação de direitos dos povos indígenas e oferecem risco à segurança física e alimentar deste grupo, em razão da presença contínua de madeireiros ilegais e invasores na terra indígena.

Em 16 de julho de 2021, a Justiça Federal<sup>8</sup> determinou que os invasores da Terra Indígena Piripkura devem sair imediatamente da área. A decisão determinou a reintegração de posse combinada com o interdito proibitório, ou seja, os invasores terão que sair da área e, os que já estavam no território quando houve a primeira Portaria de Restrição de Uso, terão que retirar o gado das propriedades e não fazer novos desmatamentos. O Juíz Federal da Vara Única de Juína enfatizou que existe sim o direito dos indígenas Piripkura ao território tradicional, apesar de o processo demarcatório não ter avançado. Segundo a decisão, os indígenas possuem territorialidade específica e culturalmente determinada, com referências geográficas registradas há mais de 30 anos, tanto é que a Funai, reiteradamente prorroga as Portaria de Restrição de Uso. Tais Portarias, sucessivamente editadas, dão lastro jurídico para impedir que terceiros não índios adentrem na área.

O que deveria ser um território protegido, que respeita o artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil, onde “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”, vem se tornando um território de ameaças à vida e segurança dos indígenas, com extensivas áreas degradadas. Tais evidências mostram que os invasores da Terra Indígena Piripkura, mesmo com a regulamentação da Portaria de Restrição de Uso e decisão da Justiça Federal, permanecem na área, explorando os recursos naturais e exercendo atividade econômica e/ou comercial incompatível com os objetivos de proteção e conservação de uma terra indígena (Figuras 6 e 7).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://isa.to/3oSXkpk>

<sup>8</sup> Ação Civil Pública n.º 0005409-02.2013.4.01.3600, que tramita na Vara Única de Juína/MT.



Figura 6. Ocupações rurais recentes, iniciando a ocupação das áreas recém desmatadas.



Figura 7. Expansão das pastagens com indícios de derrubada de vegetação e queimadas.

O sistema DETER registrou 77,74 hectares em alertas de mineração nos municípios de Apuí e Manicoré. Quase metade (44,25%) dos alertas foram registrados na Terra Indígena Tenharim/Marmelos, totalizando 34,4 ha em alertas (Tabela 17). Não foram detectados alertas de mineração no município de Humaitá. A Figura 6 apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nos municípios de Lábrea e Boca do Acre, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

Tabela 17. Alertas de mineração DETER (hectares) nos municípios de Aripuanã, Colniza e Juína, e nas Terras Indígenas incidentes, entre 01.01.2017 a 31.08.2022.

Município	Localização do alerta	Área da TI incidente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Aripuanã	Fora de TIs	-	-	9.32	131.36	21.14	121.65	18.33	301,79
Aripuanã	TI Aripuanã	751.201,92	-	-	-	16.86	6.70	9.54	33,10
Colniza	Fora de TIs	-	-	-	-	-	18.82	-	18,82
Juína	Fora de TIs	-	-	-	-	-	34.51	-	34,51
<b>TOTAL</b>			-	9.32	131.36	37.99	181.68	9.32	360,34

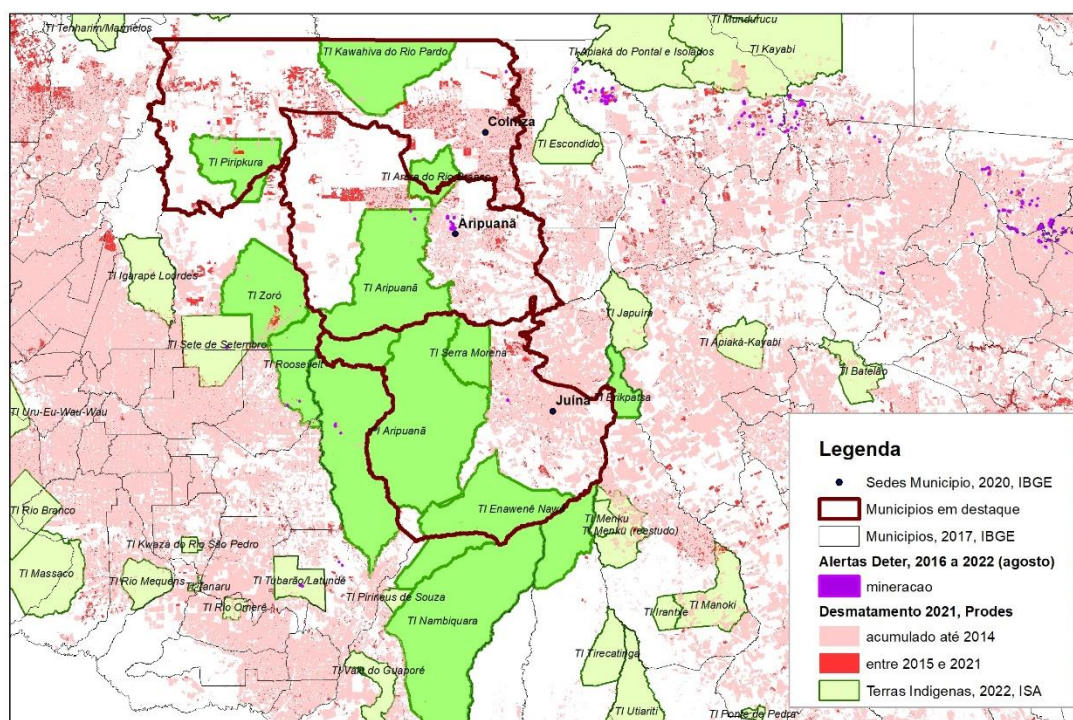


Figura 6. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Aripuanã, Colniza e Juína, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2022.

### III.7. - Municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará

A região que compreende os municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará registrou um total de 179.773,3 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 18), sendo que 2,6% (4.758,8 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de três Terras Indígenas (Tabela 19). Entre 2015 a 2021, o desmatamento aumentou 219% na região. No interior das Terras Indígenas, o aumento no desmatamento foi de 304%. Com isso, o desmatamento no interior das Terras Indígenas foi 38% maior do que nas áreas dos municípios fora de territórios indígenas.

Tabela 18. Desmatamento PRODES (hectares) nos municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará entre 2015 a 2021.

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Rurópolis	Fora de TIs	4.439,39	2.855,32	4.308,69	5.039,21	10.831,56	10.100,33	17.037,94	54.612,44
Rurópolis Total		4.439,39	2.855,32	4.308,69	5.039,21	10.831,56	10.100,33	17.037,94	54.612,44
Trairão	Fora de TIs	2.832,86	4.080,73	8.164,70	5.574,76	11.152,98	8.200,84	12.103,42	52.110,29
	Dentro de TIs	-	-	-	-	40,61	146,12	-	186,72
Trairão Total		2.832,86	4.080,73	8.164,70	5.574,76	11.193,59	8.346,96	12.103,42	52.297,01
Uruará	Fora de TIs	6.132,66	6.323,09	8.620,36	7.358,40	14.277,52	12.118,70	13.461,07	68.291,81
	Dentro de TIs	148,03	157,25	274,38	846,01	1.153,92	1.394,93	597,57	4.572,10
Uruará Total		6.280,70	6.480,34	8.894,74	8.204,41	15.431,44	13.513,62	14.058,64	72.863,90
Total Geral		13.552,95	13.416,39	21.368,13	18.818,38	37.456,59	31.960,91	43.200,00	179.773,35

Tabela 19. Desmatamento PRODES (hectares) nas Terras Indígenas incidentes nos municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará entre 2015 a 2021.

Município	TI	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Trairão	TI Sawré	-	-	-	-	40,61	146,12	-	186,72
Trairão Total		-	-	-	-	40,61	146,12	-	186,72
Uruará	TI Cachoeira	141,52	147,60	274,38	841,12	1.150,45	1.374,72	592,16	4.521,95
	TI Arara	6,51	9,65	-	4,89	3,47	20,21	5,42	50,15
Uruará Total		148,03	157,25	274,38	846,01	1.153,92	1.394,93	597,58	4.572,10
Total Geral		148,03	157,25	274,38	846,01	1.194,53	1.541,05	597,58	4.758,82

O sistema DETER registrou 648,62 hectares em alertas de mineração no município de Trairão, sendo que todos os alertas foram registrados fora de Terras Indígenas. Entre

2017 a 2021, os alertas de mineração reduziram em 48%. Entretanto, quase metade (42,6%) foram registrados nos anos de 2019 e 2020, totalizando 261,0 hectares (Tabela 20). Não foram registrados alertas de mineração nos municípios de Rurópolis e Uruará. Não foram detectados alertas de mineração no município de Humaitá. A Figura 7 apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nos municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

Tabela 20. Alertas de mineração DETER (hectares) no município de Trairão entre 01.01.2017 a 31.08.2022.

Município	Localização do alerta	Área da TI incidente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Trairão	Fora de TIs	-	141,13	137,83	143,72	117,30	72,06	36,58	648,62
TOTAL			141,13	137,83	143,72	117,30	72,06	36,58	648,62

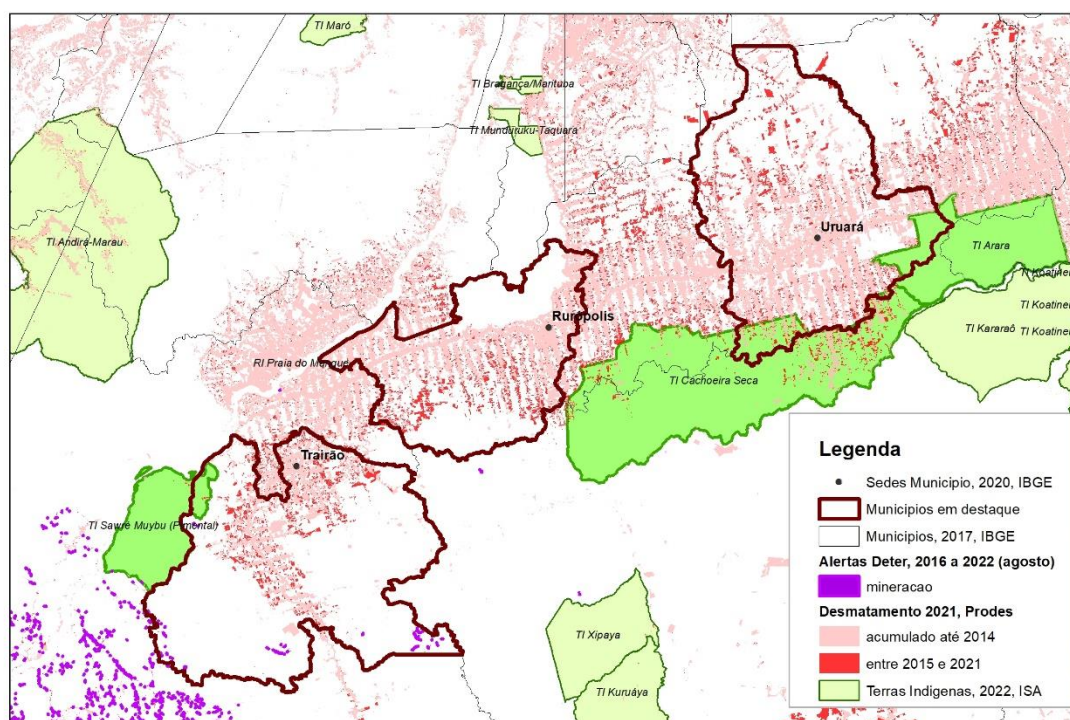


Figura 7. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2022.



	RI Praia do Mangue	-	-	-	-	-	-	-	-
	TI Andirá-Marau	10,62	48,11	-	13,03	36,78	25,08	-	133,63
	TI Mundurucu	1,74	1,45	2,03	-	1,39	0,41	-	7,02
	TI Sawré Muybu (Pimental)	6,86	72,98	38,22	24,07	64,42	-	5,95	212,50
Itaituba Total		19,22	122,55	40,25	37,11	102,59	25,49	5,95	353,15
Total Geral		895,69	1.365,03	1.211,04	4.040,76	6.303,82	7.713,27	2.049,16	23.578,78

O sistema DETER registrou 24.445,3 hectares em alertas de mineração nos municípios de Novo Progresso, Itaituba e Altamira, sendo que 0,6% (148,1 ha) dos alertas ocorreram no interior de quatro Terras Indígenas. Entre 2017 a 2021, os alertas de mineração aumentaram 107% na região. No interior das Terras Indígenas o aumento foi maior que 10 mil por cento (Tabela 23). A Figura 8 apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nos municípios de Novo Progresso, Itaituba e Altamira, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

Tabela 23. Alertas de mineração DETER (hectares) nos municípios de Novo Progresso, Itaituba e Altamira, e nas Terras Indígenas incidentes, entre 01.01.2017 a 31.08.2022.

Município	Localização do alerta	Área incidente	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Altamira	Fora de TI	-	15,59	53,27	164,70	205,52	243,23	34,18	716,48
Altamira	TI Baú	1547738,55	-	-	50,41	24,73	50,70	10,19	136,03
Altamira	TI Menkragnoti	4949201,09	-	-	-	-	7,47	-	7,47
Itaituba	Fora de TI	-	2.734,67	4.191,10	4.176,95	4.070,29	5.050,45	2.466,59	22.690,04
Itaituba	TI Mundurucu	2399573,10	-	-	0,11	0,37	-	-	0,49
Itaituba	TI Sawré Muybu	180683,88	0,55	3,56	-	-	-	-	4,11
Novo Progresso	Fora de TI	-	12,05	57,18	76,45	238,37	377,38	129,22	890,64
TOTAL			2.762,86	4.305,11	4.468,62	4.539,27	5.729,23	2.640,17	24.445,26

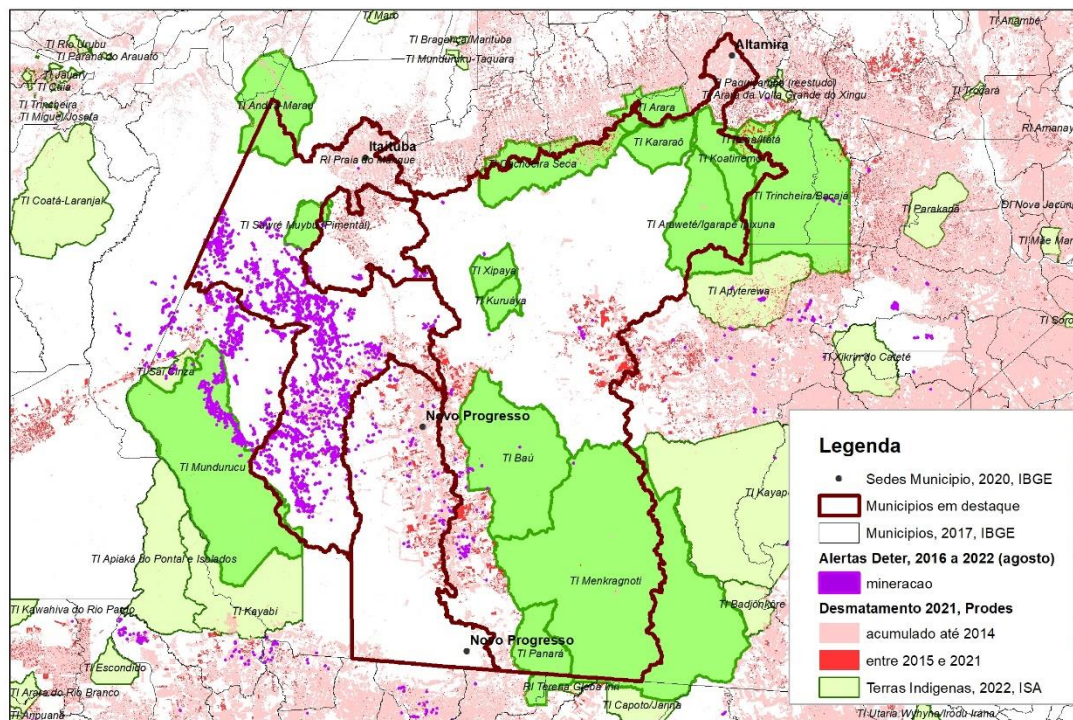


Figura 8. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Novo Progresso, Itaituba e Altamira, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2022.

### III.9. - Município de Sinop

A região que compreende o município de Sinop registrou um total de 14.083,8 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 24). O município não apresenta sobreposição com Terras Indígenas. Entre 2015 a 2021, o desmatamento reduziu 1%. Entretanto, nos anos de 2018 e 2019, a região apresentou altas taxas de desmatamento. Somente nesses dois anos, o desmatamento representou 73,7% do total registrado nos sete anos considerados neste levantamento.

Tabela 24. Desmatamento PRODES (hectares) no município de Sinop entre 2015 a 2021.

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Sinop	Fora de TI	656,49	657,88	723,73	3.304,43	7.078,55	1.013,07	649,67	14.083,83
Total Geral		656,49	657,88	723,73	3.304,43	7.078,55	1.013,07	649,67	14.083,83



Não foram registrados alertas de mineração do sistema DETER no município de Sinop durante o período considerado neste estudo. A Figura 9 apresenta o desmatamento PRODES no município de Sinop.

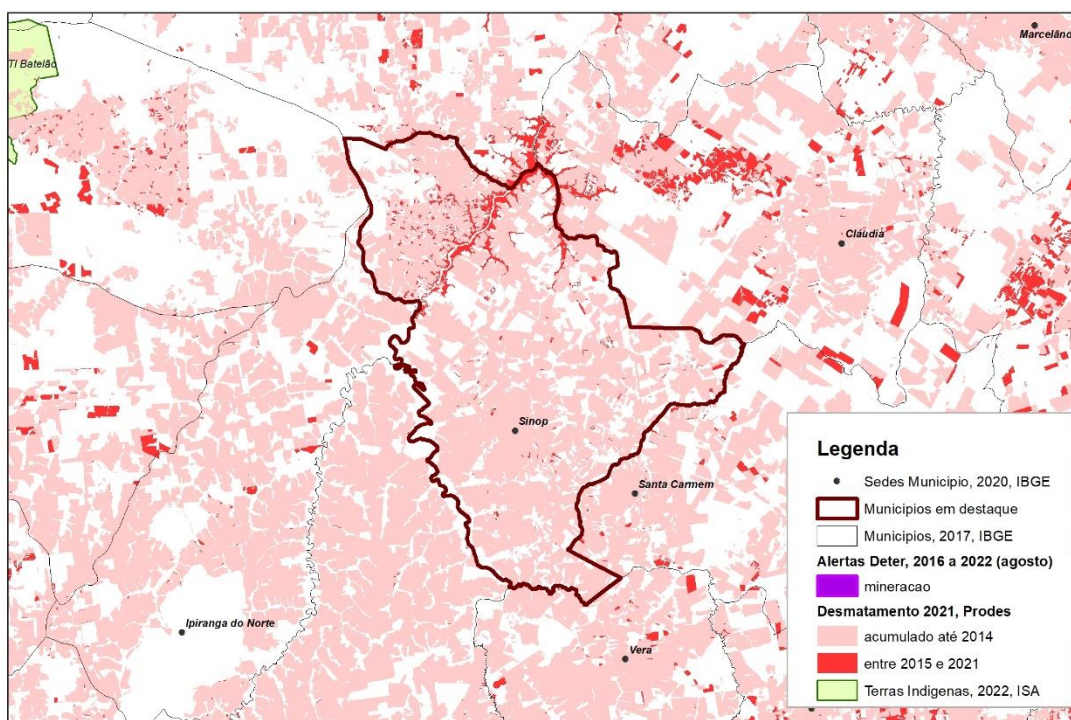


Figura 9. Desmatamento PRODES (ha) no município de Sinop entre 2015 a 2021.

### III.10. - Municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás, Nova Bandeirantes e Paranaíta

A região que compreende os municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás, Nova Bandeirantes e Paranaíta registrou um total de 122.361,4 hectares em desmatamento corte raso (Tabela 25), sendo que 1,1% (1.364,6 ha) deste desmatamento ocorreu no interior de duas Terras Indígenas (Tabela 26). Entre 2015 a 2021, o desmatamento aumentou 162% na região. No interior das Terras Indígenas, o aumento no desmatamento foi de 2625%. Com isso, o desmatamento no interior das Terras Indígenas foi 1521% maior do que nas áreas dos municípios fora de territórios indígenas, evidenciando a forte pressão que as Terras Indígenas sofrem por atividades ilegais.

Tabela 25. Desmatamento PRODES (hectares) nos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Bandeirantes e Paranaíta entre 2015 a 2021.

Município	Localização	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Alta Floresta	Fora de TI	1.099,57	1.246,38	1.216,62	858,53	1.491,19	1.730,35	1.456,40	9.099,04
Alta Floresta Total		1.099,57	1.246,38	1.216,62	858,53	1.491,19	1.730,35	1.456,40	9.099,04
Apicás	Fora de TI	1.879,30	1.954,30	2.720,40	2.896,82	8.500,64	4.921,60	9.063,88	31.936,94
	Dentro de TI	31,76	14,85	15,14		88,38	349,05	865,42	1.364,59
Apicás Total		1.911,06	1.969,15	2.735,54	2.896,82	8.589,01	5.270,65	9.929,30	33.301,53
Nova Bandeirantes	Fora de TI	4.224,24	8.688,92	4.902,12	6.148,10	12.379,47	5.236,20	12.239,47	53.818,52
	Dentro de TI	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Bandeirantes Total		4.224,24	8.688,92	4.902,12	6.148,10	12.379,47	5.236,20	12.239,47	53.818,52
Paranaíta	Fora de TI	2.553,87	5.324,94	4.079,72	4.191,82	5.518,42	2.453,23	2.020,31	26.142,30
	Dentro de TI	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranaíta Total		2.553,87	5.324,94	4.079,72	4.191,82	5.518,42	2.453,23	2.020,31	26.142,30
Total Geral		9.788,73	17.229,39	12.934,00	14.095,26	27.978,09	14.690,44	25.645,48	122.361,40

Tabela 26. Desmatamento PRODES (hectares) nas Terras Indígenas incidentes nos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Bandeirantes e Paranaíta entre 2015 a 2021. Não foram identificadas Terras Indígenas em sobreposição com o município de Alta Floresta.

Município	TI	d2015	d2016	d2017	d2018	d2019	d2020	d2021	TOTAL
Apicás	TI Apiaká do Pontal e Isolados	-	-	-	-	-	4,15	42,34	46,49
	TI Kayabi	31,76	14,85	15,14	-	88,38	344,91	823,07	1.318,10
	TI Mundurucu	-	-	-	-	-	-	-	-
Apicás Total		31,76	14,85	15,14	-	88,38	349,05	865,42	1.364,59
Nova Bandeirantes	TI Apiaká do Pontal e Isolados	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Bandeirantes Total		-	-	-	-	-	-	-	-
Paranaíta	TI Kayabi	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranaíta Total		-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral		31,76	14,85	15,14	-	88,38	349,05	865,42	1.364,59

O sistema DETER registrou 861,2 hectares em alertas de mineração nos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Bandeirantes e Paranaíta. Todos os alertas foram registrados fora das Terras Indígenas. Entre 2017 a 2021, os alertas de mineração

aumentaram 62% na região (Tabela 27). A Figura 10 apresenta o desmatamento PRODES e alertas DETER de mineração nos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Bandeirantes e Paranaíta, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2021.

Tabela 27. Alertas de mineração DETER (hectares) nos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Bandeirantes e Paranaíta entre 01.01.2017 a 31.08.2022.

Município	Localização	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Alta Floresta	Fora de TI	-	5,55	-	17,28	6,85	-	29,68
Apicás	Fora de TI	13,05	23,35	82,87	55,73	21,44	6,40	202,84
Nova Bandeirantes	Fora de TI	68,46	99,22	57,52	59,34	138,32	48,90	471,77
Paranaíta	Fora de TI	33,84	30,53	44,41	20,79	20,73	6,63	156,93
TOTAL		115,35	158,64	184,80	153,14	187,34	61,94	861,22

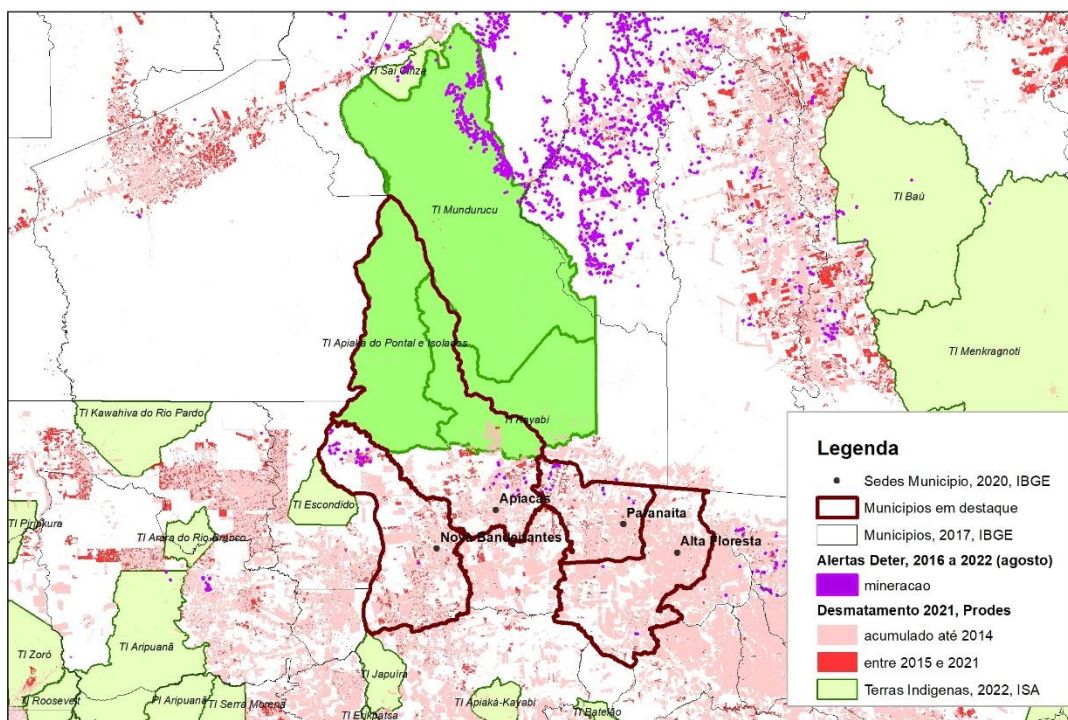


Figura 10. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER nos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Bandeirantes e Paranaíta, e Terras Indígenas incidentes, entre 2015 a 2022.

#### IV – Conclusões

O presente relatório demonstra que, entre 2015 a 2021, os dados oficiais do sistema PRODES registraram um total de 2.967.442,3 hectares em desmatamento corte raso nas dez regiões consideradas neste levantamento. Um total de 73 Terras Indígenas foram impactadas por desmatamento, totalizando 118.727,8 hectares desmatados. Os resultados mostram que ao longo do período estudado as invasões e o desmatamento nas Terras Indígenas não paralisaram ou reduziram. Esta pressão foi mais intensa entre os anos de 2018 a 2020, incluindo o período da pandemia. Os dados de alertas de mineração do sistema DETER registraram, entre 2017 a 2022, um total de 28.085,8 hectares em degradação por mineração, sendo que 2,4% dos alertas (677,5 hectares) ocorreu no interior de 10 Terras Indígenas. Essa realidade exige, como medida preventiva, ações de fiscalização e controle que sejam capazes de fazer cessar os ilícitos e, assim, resguardar os territórios indígenas. A Tabela 28 resume os resultados das dez regiões consideradas neste relatório.

Tabela 28. Desmatamento PRODES (ha) e alertas de mineração DETER (ha) nas dez regiões consideradas neste estudo.

Região	PRODES Total (ha)	PRODES TI (ha)	TI (N)	DETER Total (ha)	DETER TI (ha)	TI (N)
1	670.653,95	47.008,37	14	977,90	231,60	3
2	282.034,58	31.320,67	5	688,71	230,33	1
3	198.783,10	3.703,72	4	-	-	-
4	330.703,42	1.726,60	15	26,38	-	-
5	266.194,41	1.639,02	11	77,44	34,40	1
6	269.600,97	3.627,28	6	360,34	33,10	1
7	179.773,35	4.758,82	3	648,62	-	-
8	633.253,32	23.578,78	13	24.445,26	148,09	4
9	14.083,83	-	-	-	-	-
10	122.361,40	1.364,59	2	861,22	-	-
TOTAL	2.967.442,33	118.727,86	73	28.085,87	677,52	10